

Espacialização das atividades econômicas: novos fluxos migratórios

**RECONFIGURAÇÃO DO NORTE FLUMINENSE A PARTIR DOS ANOS 70: A  
CHEGADA DO PETRÓLEO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA DINÂMICA DE  
CRESCIMENTO REGIONAL.**

**Leonardo de Carvalho Silva<sup>1</sup>**

---

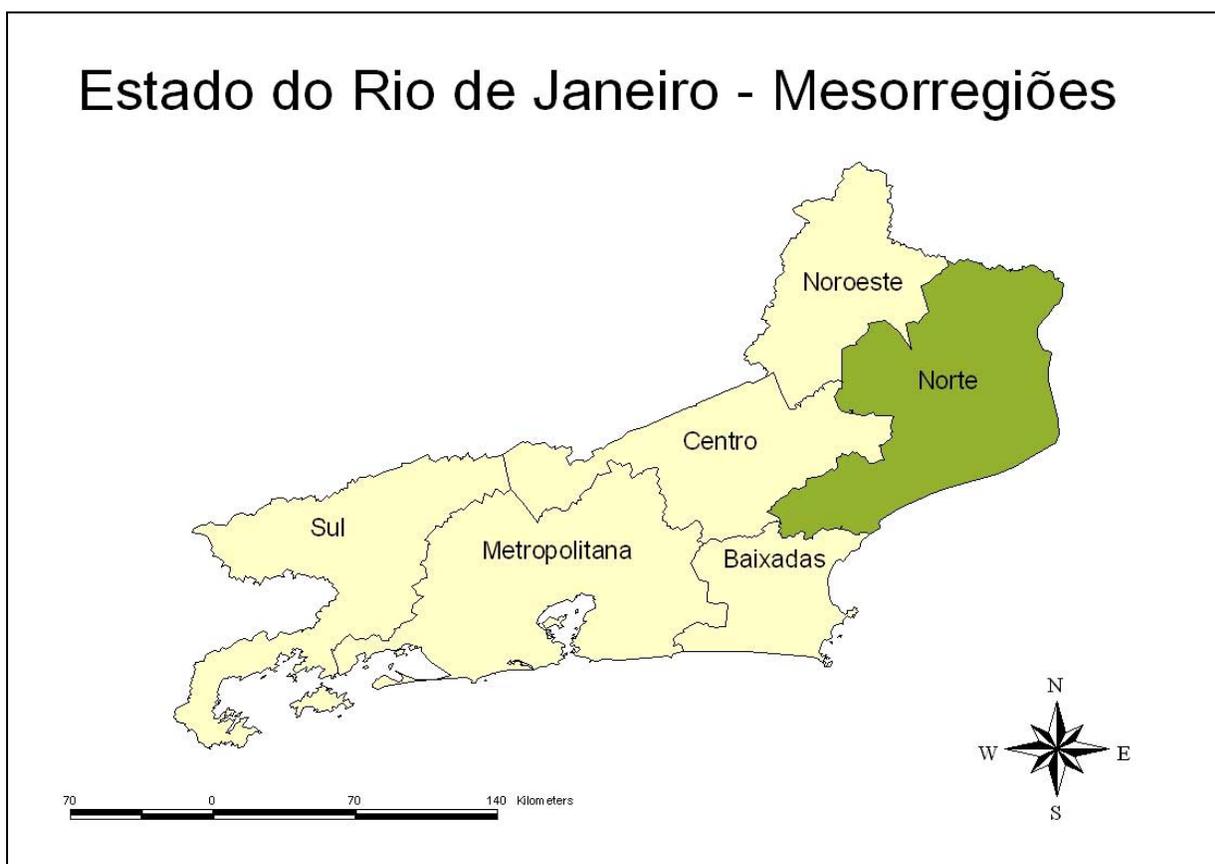
<sup>1</sup> Mestrando em Estudos Populacionais e Pesquisa Social da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – IBGE  
(leonardosilva@ibge.gov.br)

## 1- Introdução

O estado do Rio de Janeiro é composto de seis mesorregiões – Mapa 1 – cada uma delas apresenta características históricas e econômicas próprias e distintas. Cada mesorregião apresenta um perfil socioeconômico distinto, dada suas potencialidades e características geográficas.

Este artigo trata da formação histórica e econômica da Região Norte Fluminense, e de maneira mais focada, na cidade de Macaé, que vem passando por intensas transformações nas últimas décadas, fruto de da descoberta de Petróleo na Bacia de Campos.

O Norte Fluminense é atualmente composto de 9 municípios: Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, São Fidélis, Conceição de Macabú, Quissamã, Cardoso Moreira, Carapebus e São Francisco do Itabapoana. Por fatores históricos, a região estudada possui uma identidade já consolidada muito antes de ser delimitada como mesorregião pelo IBGE.



### **1.1- O Norte Fluminense e a cana-de-açúcar**

A ocupação da Região Norte Fluminense, na primeira metade do século XVII, se deu com um objetivo específico, atribuindo para esse espaço uma função definida. A referida função foi a de instalar currais para suprir os senhores dos engenhos da Guanabara com gado bovino para transporte e moagem de cana.

Em meados do século XVIII a implantação da cana-de-açúcar, viria a iniciar não apenas uma atividade econômica, mas também um elemento que desempenharia papel fundamental na organização socioeconômica na região.

Durante o século XIX, alguns fatores contribuíram para o progresso da atividade canavieira, foi necessário lançar mão de algumas estratégias para diminuir os custos de produção, e com a modernização da produção foi inserido o engenho a vapor, que culminou na criação das usinas, no final do século.

O processo de modernização não ocorreu de maneira homogênea em todo território nacional, em algumas áreas como o Centro-Sul do país a modernização ocorreu de maneira mais intensa. No Norte Fluminense, a modernização não ocorreu com tal destreza.

Um fator de diferenciação, e também de pioneirismo dos usineiros paulistas foi a maior preocupação com o aumento da produtividade e com a modernização das instalações, sendo inserido então o engenho a vapor, que culminou na criação das usinas, no final do século, esses fatores fizeram com que a economia canavieira paulista alcançasse, em 1955 a liderança nacional de produção de cana.

A economia do Norte Fluminense, baseada na atividade açucareira apresentava como principal pólo o município de Campos dos Goytacazes, configurando os demais municípios como periféricos, tanto em produção como em número de usinas, excetuando São João da Barra, que contava com a pesca e o turismo. Campos possuía representatividade nacional no campo intelectual e cultural, representatividade que pode ser apontada como um dos frutos da atividade canavieira tradicional.

## 1.2- O surgimento do Petróleo

Simultaneamente com a trajetória da cana-de-açúcar, em 1974 o futuro da região ganhava novas perspectivas com a descoberta de Petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos. Esse fato deve ser visto como marco, pois representa o início de uma reestruturação sócio-espacial na Região Norte Fluminense.

Com a descoberta, a Petrobrás decide, ainda na década de 70, instalar na cidade de Macaé uma base terrestre de operações, outras empresas, particulares, algumas multinacionais, prestadoras de serviço passam também a montar sedes na cidade. Piquet nos fala que questões de ordem natural e logísticas determinaram a localização da principal base de operações da empresa na região, em Macaé.

Devemos observar que, em escala regional, Campos dos Goytacazes ia perdendo seu posto de núcleo, com a deterioração da atividade canavieira, a região assistia o despontar de uma nova atividade como um novo pólo gerador de empregos, a indústria extrativa mineral, que tinha como local de sua base de operações a cidade de Macaé.

A inserção da indústria petrolífera no cenário regional representa uma nova dinâmica de desenvolvimento, baseada na transição das principais atividades econômicas. Essa transição é analisada por Vianna<sup>2</sup>, que nos mostra como o surgimento da atividade petrolífera ocorre, quando, a indústria sucro-alcooleira já não apresenta mais o mesmo vigor econômico, e se mostrava incapaz de manter os postos de empregos existentes, quiçá empregar mais pessoas. Esse momento pode ser caracterizado como de transição de ciclos econômicos, pois revela a estagnação/decadência da indústria sucro-alcooleira e o aparecimento de uma nova atividade econômica, capaz de proporcionar desenvolvimento para uma Região até então sem perspectivas econômicas consolidadas para médio e longo prazo.

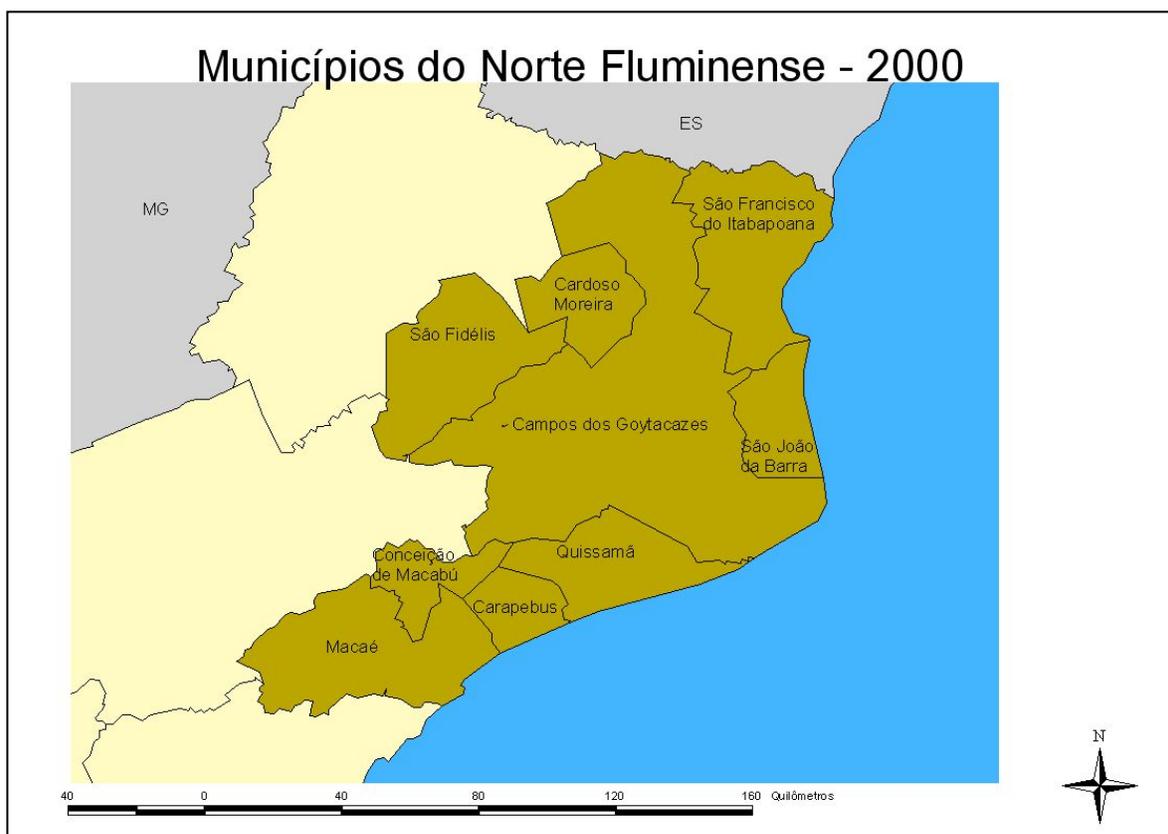
O surgimento de uma atividade econômica promissora, que utiliza tecnologia de ponta, numa região caracterizada pela monocultura canavieira tradicional traz impactos na dinâmica de desenvolvimento, cria novas perspectivas na população de Macaé, do

---

<sup>2</sup> Cruz, J. L. V.. Problemas, Recursos e Potencialidades do Desenvolvimento do Norte Fluminense: o papel da Petrobras. In: Petróleo, Royalties e Região. Campos dos Goytacazes/RJ, Ano I nº 4- Junho de 2004.

Norte Fluminense e, independente de localização geográfica, nas pessoas que vêm possibilidade de se inserir na cadeia produtiva do petróleo.

A Região, a partir do fim da década de 80, passa por um processo de reordenamento territorial, que resulta na criação de quatro novos municípios<sup>3</sup>: Quissamã (emancipado de Macaé em 1990), Conceição de Macabú (emancipado de Campos em 1993), Carapebus (emancipado de Macaé em 1997) e São Francisco do Itabapoana (emancipado de São João da Barra em 1997). O mapa abaixo apresenta a Região Norte Fluminense em 2000:



Fonte: Elaboração Própria

## 2- Indicadores Demográficos

As transformações ocorridas nas últimas décadas no Norte Fluminense e em Macaé desencadeiam inúmeras transformações no perfil econômico, social e demográfico, essas mudanças são identificadas por meio de indicadores, que nos revelam o comportamento da região num período recente.

Um primeiro item a ser analisado é a estrutura populacional e a dinâmica demográfica não só da área estudada, mas de sua mesorregião e unidade de federação, a fim de contextualizar o que ocorre em Macaé. Quando falamos em dinâmica demográfica, o estado do Rio de Janeiro geralmente apresenta tendências que posteriormente serão observadas nos demais estados do Brasil. Esse fato ocorre devido à heterogeneidade do país, que possui regiões que estão em diferentes estágios de processos demográficos.

Carvalho<sup>4</sup> apresenta a trajetória da dinâmica demográfica brasileira no período 1940-1970, demonstrando que nesse período o Brasil experimentou um processo de rápido incremento demográfico, em virtude de seu alto crescimento vegetativo e as migrações internacionais não exerciam papel significativo. Esse aumento populacional é, segundo o autor, fruto da evolução diferenciada dos outros componentes demográficos, a fecundidade e a mortalidade. Enquanto taxa de fecundidade total se mantinha elevada, a taxa bruta de mortalidade apresentava decréscimo, resultando num alto crescimento vegetativo.

Patarra confirma a diminuição da migração internacional ao mencionar que “O período 1930-1950 apresenta uma expressiva diminuição da participação dos movimentos migratórios internacionais: de 835mil pessoas para os anos de 1921-1930, a imigração decresce para 285 mil e 130 mil, respectivamente, nas décadas de 40 e 50 do século passado”<sup>5</sup>.

Naquele momento, as migrações internacionais estavam em baixa, ao passo que as migrações internas ganhavam importância, esse fato deve ser visto de maneira relacionada com o processo de urbanização do país, sobretudo da região Sudeste, que formava um acentuado fluxo migratório.

Em 1980, o Rio de Janeiro já apresentava em sua pirâmide etária uma tendência à redução da fecundidade, representado pelo estreitamento da base da pirâmide, tendência essa que só seria captada para a população do país no Censo seguinte, em

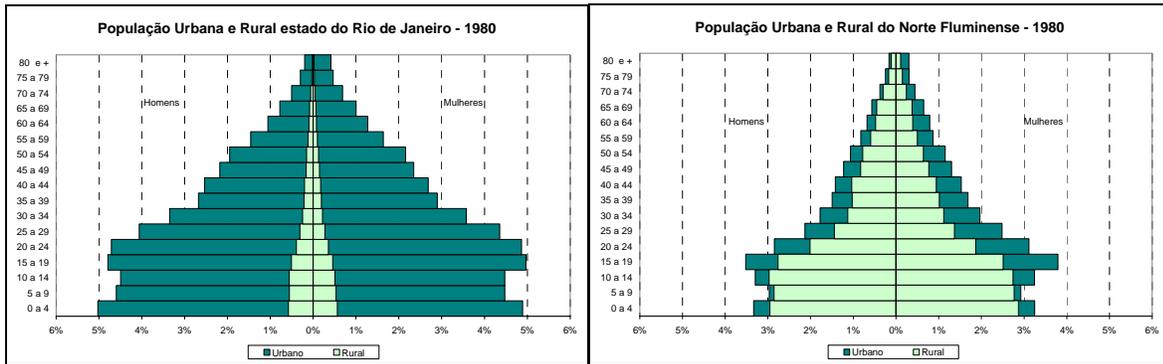
---

<sup>3</sup> Antes desse momento a região era composta pelo municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Macaé, São Fidélis e São João da Barra

<sup>4</sup> Carvalho, J.A.M. Crescimento Populacional e Estrutura Demográfica no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Texto para discussão 227. p. 5.

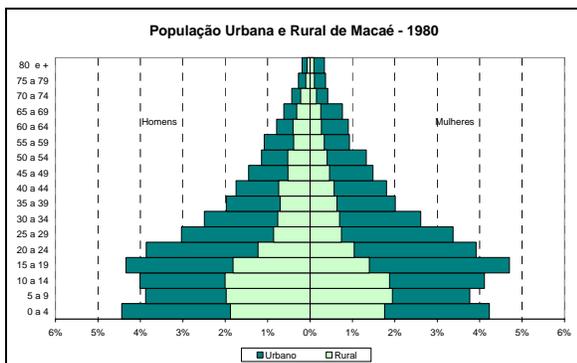
<sup>5</sup> Patarra, Neide Lopes. Movimentos Migratórios no Brasil: Tempos e Espaços. Texto para Discussão nº7 . Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro; 2003. p.17

1991. Observando a estrutura da população quanto ao local do domicílio, é possível identificar uma grande concentração populacional nas áreas urbanas<sup>6</sup>. Para a Região Norte Fluminense, constatamos que a diminuição da fecundidade ocorreu com menos intensidade, assim como no município de Macaé.



Fonte: IBGE

Fonte: IBGE

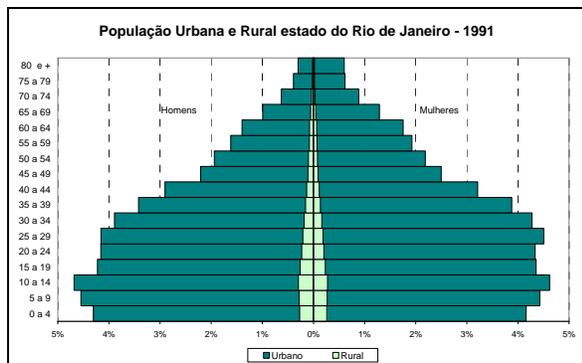


Fonte: IBGE

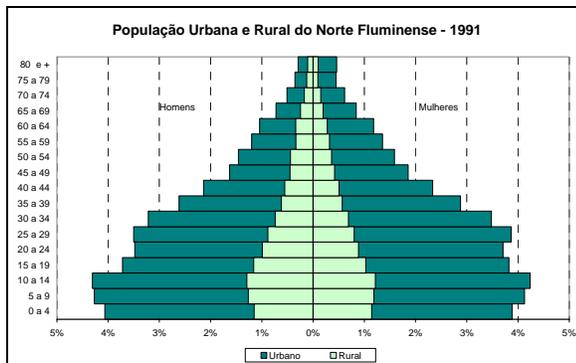
Em relação ao local de domicílio, a mesorregião observada mostra uma maior equidade quando comparada com o estado. Esse fato é explicado pelas atividades agrícolas desenvolvidas nos municípios do Norte Fluminense, como a cana-de-açúcar e agropecuária. Em 1980 Macaé possuía a segunda maior população do Norte Fluminense, ficando atrás apenas de Campos dos Goytacazes, demonstrando uma maior concentração de sua população na área urbana. Ao observar a estrutura populacional da cidade e da mesorregião, é possível supor que, em 1980 havia outros

<sup>6</sup> Para o IBGE a situação do domicílio em relação à sua localização quanto ao perímetro urbano do distrito, é estabelecido por lei municipal, ou seja, os municípios determinam seu perímetro urbano e rural.

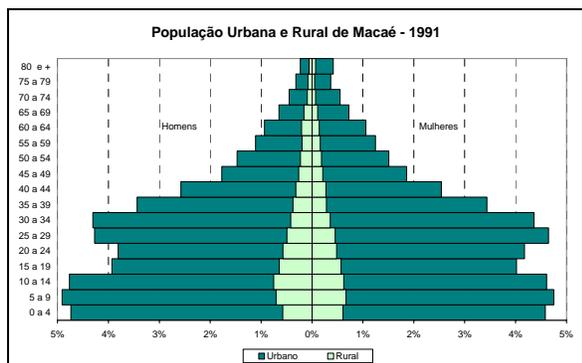
municípios no Norte Fluminense com maior tendência agrícola, ou seja, municípios que ainda iriam passar por um processo de êxodo rural.



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE



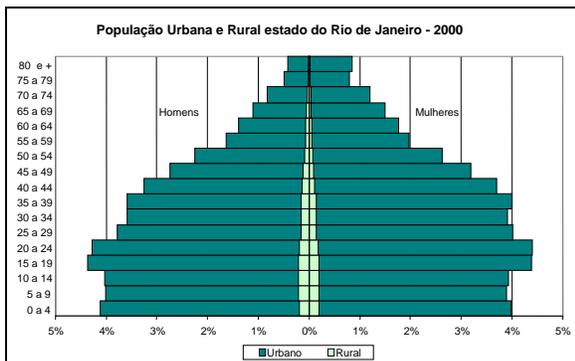
Fonte: IBGE

As pirâmides elaboradas com dados do Censo de 1991 confirmam a tendência de estreitamento da base e de alargamento do meio e do topo, além do aumento da concentração da população nas áreas urbanas. Isso significa dizer que a população está se envelhecendo, pois menos pessoas nascem, e há também um aumento na expectativa de vida, e do esvaziamento da zona rural e maior densidade populacional nas cidades, Beltrão *et all* nos fala que “...para o Brasil, o envelhecimento da população foi resultado da rápida queda da fecundidade iniciada na segunda metade dos anos 1960, que foi precedida em pelo menos 30 anos por altos níveis de fecundidade concomitante a uma queda gradual da mortalidade.”<sup>7</sup>

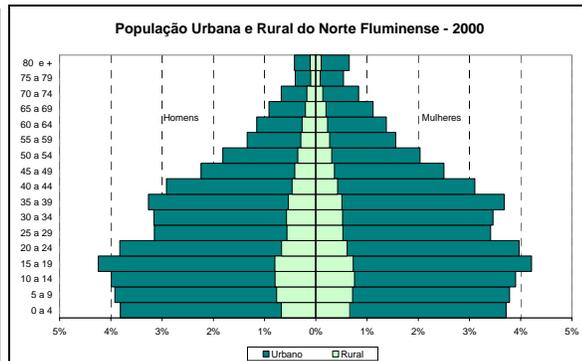
<sup>7</sup> Beltrão, K. I.; Camarano, A. A.; Kanso, S. “Dinâmica Populacional Brasileira na Virada do Século XX”. Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para Discussão, 1034), p.18.

Em 1991, a realidade do Norte Fluminense estava atrelada à estagnação da cana-de-açúcar, e conseqüentemente à uma estrutura agrícola tradicional. No período 80-91 o Norte Fluminense apresentou um forte êxodo rural, como conseqüência da estagnação da atividade agrícola. Nesse período, em Macaé também é identificada essa tendência, porém, com menos intensidade, uma explicação para esse fato é que o êxodo rural já havia se dado com mais intensidade na cidade num período anterior a 80-91.

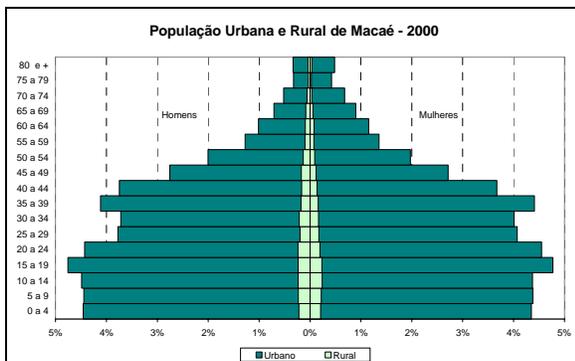
Somente em 1991 é observada a diminuição da base das pirâmides do Norte Fluminense e de Macaé, esse fato já havia sido detectado para o estado em 1980. Esse é um indício de que, em escala estadual, a mesorregião estudada apresenta um atraso na dinâmica demográfica. Esse fato pode ser atribuído à atividade canavieira, que atuava como instrumento de fixação da população rural, enquanto nas outras mesorregiões as atividades agrícolas já não possuíam mais tal capacidade.



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Em 2000, 96% da população do estado do Rio de Janeiro estava nas áreas urbanas, enquanto o Brasil possuía 81,2 %. Nesse momento, 85,1% da população do Norte Fluminense estava concentrada nas áreas urbanas, enquanto para Macaé esse número era de 94,3%. Esses números demonstram que em 2000 a mesorregião observada apresentava ainda em seu perfil por área de residência (rural ou urbana) uma menor concentração nas áreas rurais quando comparado com os números do estado. Esse fato é ainda resquício da atividade canavieira, que por muito tempo representou um instrumento inibidor do êxodo rural na região. Podemos afirmar que, nesse momento Macaé, que já era cenário da indústria petrolífera, apresenta uma estrutura demográfica com características mais próximas da realidade do estado que do Norte Fluminense, com maior concentração de sua população em áreas urbanas.

Durante as últimas décadas, dado o processo de urbanização tardia e intenso vivido pelo país, sobretudo nos estados da região Sudeste, o movimento populacional chamado de êxodo rural, impulsionado pelo crescimento das áreas urbanas que gera concentração da população nestas áreas foi constante, representado no contínuo crescimento da população urbana. Contudo, num período mais recente, alguns autores, como Abramovay & Camarano<sup>8</sup> observam que o êxodo rural vem se mostrando com menos fôlego em algumas regiões do país, entre elas o Sudeste.

A Região Norte Fluminense passou no período 1980-1991 por um êxodo rural mais intenso que o estado, provavelmente devido à estagnação da atividade açucareira. Macaé nesse período também apresentou, se relacionado com os números estaduais, forte tendência a uma concentração de sua população na área urbana; além da estagnação da cana-de-açúcar, o surgimento da indústria petrolífera é outro fator que colabora para esse panorama.

Sobre a concentração da população nas áreas urbanas, lembramos que não deve ser vista como única responsável pelo aumento da expectativa de vida da

---

<sup>8</sup> Abramovay, Ricardo & Camarano, Ana Amélia. “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos.” Texto de discussão IPEA nº621. 1999.

população. Segundo Marangone<sup>9</sup>, a expectativa de vida ao nascer para o Brasil salta de 42,6 em 1930 para 66 anos em 1991. O autor destaca dois principais motivos para esse processo, no período de 1945-60 graças ao progresso médico, e a em meados da década de 70, pela queda da mortalidade infantil.

Jannuzzi<sup>10</sup> menciona que os indicadores, como expectativa de vida são usados para auxiliar a formulação e avaliação políticas e processos decorrentes; além de justificar reivindicações para implementação de projetos e repasse de verbas. Os indicadores seriam utilizados por permitir a apreensão da realidade social, auxiliando a elaboração de políticas públicas, mas somente quando bem empregados.

Esse mesmo autor nos faz uma ressalva à utilização de indicadores do tipo sintético<sup>11</sup>, pois, na tentativa de sintetizar os indicadores, há um distanciamento da realidade e se tornam pouco sensíveis às mudanças, num conjunto de operações estatísticas, com problemas metodológicos, e nos fala ainda que, a construção de indicadores utilizando vários aspectos da realidade social seria um importante instrumento para tomada de decisões dos formuladores de políticas.

### **3- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

Um indicador que nos mostra, de maneira sintética as modificações ocorridas no período 1970-2000 é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado pelo Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento (Pnud/ONU) afim de classificar os países de acordo com um índice universal. Para construção desse indicador três variáveis são utilizadas, a esperança de vida ao nascer, a renda e a escolarização da população. Sobre a composição do IDH nos fala Jannuzzi:

“Na concepção do Pnud, o desenvolvimento humano deveria ser entendido como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem-estar. Para tanto, o processo de desenvolvimento deveria garantir, entre outros aspectos,

---

<sup>9</sup> MARANGONE, A.B., Frias, L.a. Some aspects of the Brazilian Mortality over the XX Century and Perspectives. In: IUSSP General Population Conference, 24, Salvador. CD-ROM, 2001.

<sup>10</sup> Jannuzzi, P. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais *Revista de Administração Pública* 36 (1) jan-fev 2002

<sup>11</sup> Indicadores construídos a partir de outros indicadores, que consideram então diferentes aspectos da realidade.

oportunidades crescentes de acesso à educação e cultura, a condições de desfrutar uma vida saudável e longa e a condições de dispor de recursos suficientes para o consumo adequado de bens e serviços.”<sup>12</sup>

A série de Estudos socioeconômicos dos Municípios Fluminenses, produzido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro menciona a criação do IDH como indicador que possibilita a comparação de diferentes áreas, para *“...se verificar o avanço de determinado território, não se deve considerar somente as características econômicas e políticas, mas também as características sociais e culturais vivenciadas por sua população”*<sup>13</sup>.

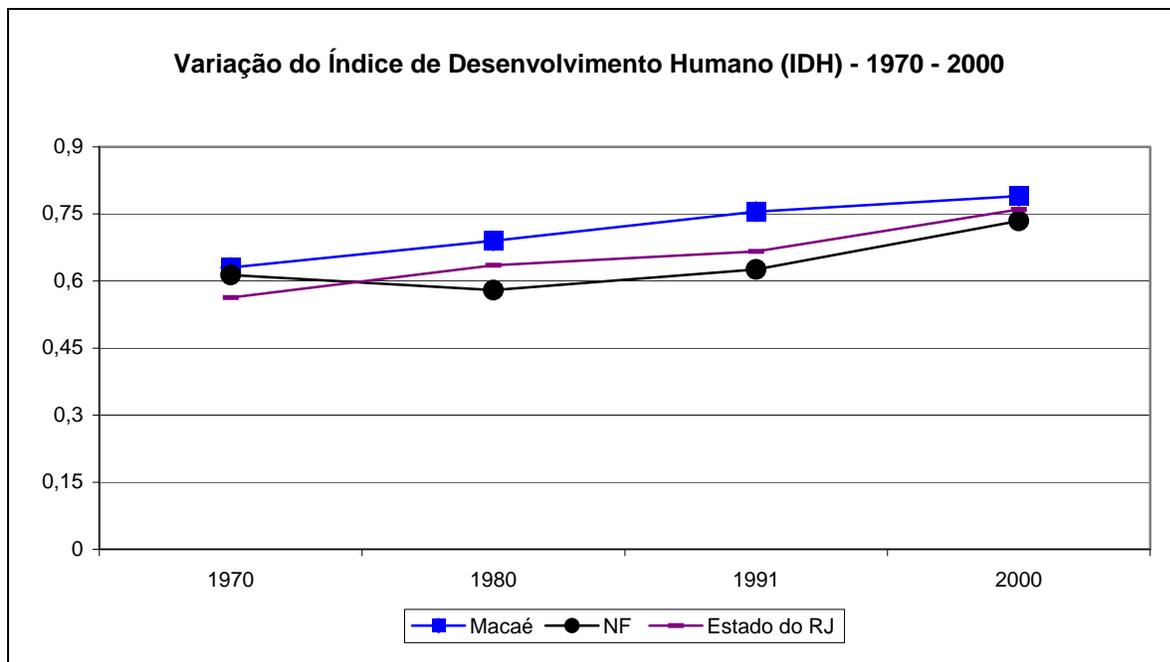
Pelo fato dos componentes do IDH serem muitas vezes medidos em diferentes unidades, eles são convertidos em medidas adimensionais, que vão de 0(zero) a 1(um). Sendo classificado como baixo o IDH inferior a 0,5; médio o que varia de 0,5 a 0,8 e; alto aquele acima de 0,8.

A metodologia utilizada para construção do IDH dos países foi utilizada para construção desse índice para os municípios. O gráfico abaixo nos mostra que, em 1970 a Região Norte Fluminense e também Macaé possuíam um IDH mais elevado que os números estaduais. No período 1970-1980 a mesorregião estudada apresentou declínio, enquanto o estado e Macaé continuaram apresentando aumento, podemos supor que essa queda observada reflete as conseqüências da decadência da cana-de-açúcar, enquanto a atividade petrolífera ainda não se apresentava de forma plena. A partir de 1980, Macaé vem apresentando o IDH mais elevado, tendo seu maior aumento no período 1980-1991, período esse em que a indústria do petróleo inicia suas atividades e se desenvolve. O IDH do estado e da mesorregião apresentam maior aumento no período posterior, ou seja, 1991-2000.

---

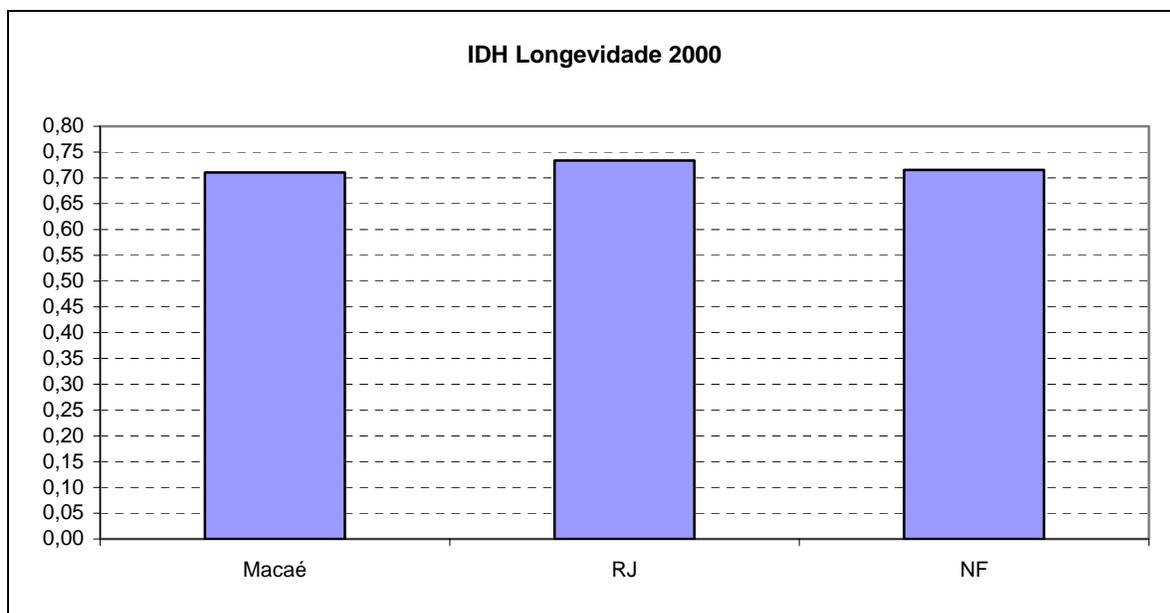
<sup>12</sup> Jannuzzi, Op. Cit. p. 67

<sup>13</sup> Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudo Socioeconômico 2004 – Macaé. RJ: 2004.



Fonte: IPEADATA

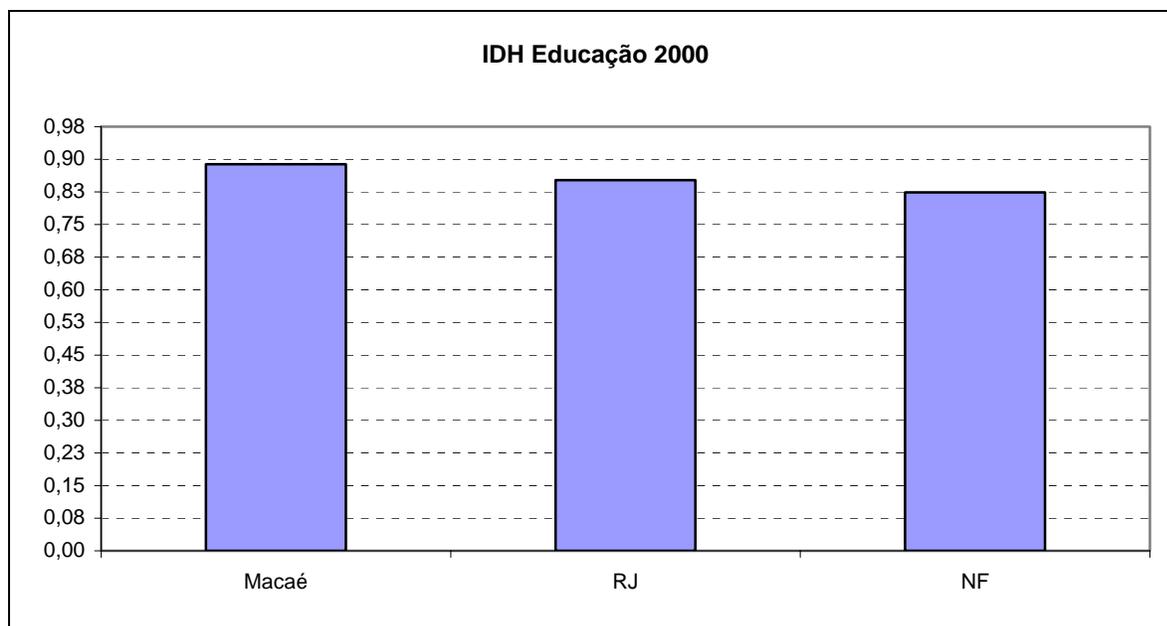
Através da disponibilidade dos dados componentes do IDH para 2000, foi possível montar um sub-índice para cada componente, demonstrados sob a forma de gráficos abaixo. O primeiro dos componentes observados foi a longevidade, neste componente o estado do rio de Janeiro apresentou o maior índice, em segundo lugar vem o Norte Fluminense, seguido por Macaé.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Quanto à escolaridade da população, vemos que Macaé apresenta o número mais elevado. Esse fato pode ser atribuído a dois fatores principais, o tamanho de sua população, e sua concentração na área urbana, esses dois fatores contribuem para eficácia das políticas públicas deste setor.

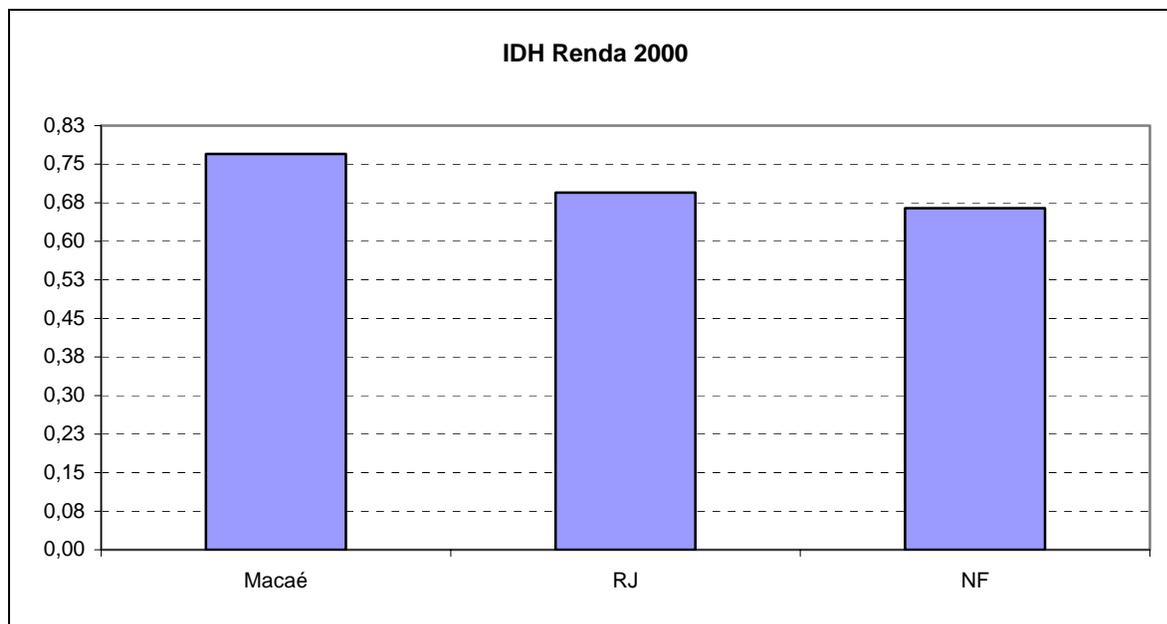
O estado do Rio de Janeiro vem em seguida, e o Norte Fluminense com o menor número deste índice. Para explicar essa situação, identificamos como barreiras às políticas públicas no setor de educação, e a desconcentração populacional nas áreas urbanas, tendo em vista que nas áreas rurais, a população-alvo dessas políticas está espacialmente mais dispersa, fato esse que se evidencia no Norte Fluminense. Mas em contrapartida, devemos ressaltar que, a alta concentração populacional nas áreas urbanas gera uma elevada pressão por políticas públicas, e muitas vezes o estado não tem capacidade de prover. Portanto, em teoria, a concentração/desconcentração populacional não deve ser vista como problema ou solução de políticas públicas, uma vez que estas devem ser formuladas de modo a atender a todos, independente se sua localização espacial.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

O gráfico da renda nos mostra como a situação de Macaé se sobressai diante da realidade do Norte Fluminense e do estado do Rio de Janeiro. Em 2000, enquanto a

renda per capita da referida cidade era de R\$ 392,94 para a mesorregião e o estado esses números eram de 216,82 e 260,80 respectivamente. Essa privilegiada situação de Macaé, como já foi dito é fruto do desenvolvimento econômico gerado a partir da atuação da atividade petrolífera, que gera além de investimentos na cidade, aumento na receita pública municipal, por meio dos impostos pagos pelas empresas, pelas pessoas e também dos royalties recebidos pela prefeitura.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Uma particularidade da indústria petrolífera é que, por se tratar da exploração de um recurso não-renovável, a empresa responsável por sua exploração – a Petrobrás – deve pagar *royalties* ao proprietário do terreno explorado. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), denomina-se *royaltie*: “*compensações financeiras pagas pelos concessionários, cujos contratos estão na etapa de produção de petróleo ou gás natural, incluindo-se também os contratos que estão na fase de exploração realizando testes de longa duração, distribuídas entre Estados, Municípios, Comando da Marinha e Ministério de Ciência e Tecnologia, nos termos dos artigos 47 a 49 da Lei nº 9.478/97 e do Decreto nº 2.705/98.*”<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Fonte: ANP

No Norte Fluminense, por se tratar de plataformas continentais, Cruz cita sobre o pagamento de royalties:

“Sua alíquota pode variar entre 5% e 10%, dependendo da economicidade dos campos petrolíferos, e seu rateio, feito entre a União, estados e municípios, garante aos municípios pertencentes à área de produção uma participação que varia entre 26%(produção em terra) e 35%(produção na plataforma continental). Para a produção na plataforma continental, o restante das receitas são distribuídas entre os estados confrontantes com os campos petrolíferos (26,25%), o Comando da Marinha (17,5%), o Ministério da Ciência e Tecnologia (12,5%) e o Fundo Especial(8,75%)”<sup>15</sup>

Além dos royalties, a atividade petrolífera beneficia a arrecadação das prefeituras dos municípios do Norte Fluminense, sob a forma de participações especiais. A ANP assim define participações especiais: *“compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, nos termos do artigo 50 da Lei nº9.478/97 e do Decreto nº2.705/98.”*<sup>16</sup>

Piquet<sup>17</sup> trata do assunto considerando que após três décadas, a atividade petrolífera vem proporcionando à região grandes contribuições financeiras, mesmo que ainda seja necessário avaliação da influência das atividades diretamente ligadas à indústria petrolífera. Uma dessas contribuições seria o repasse dos royalties.

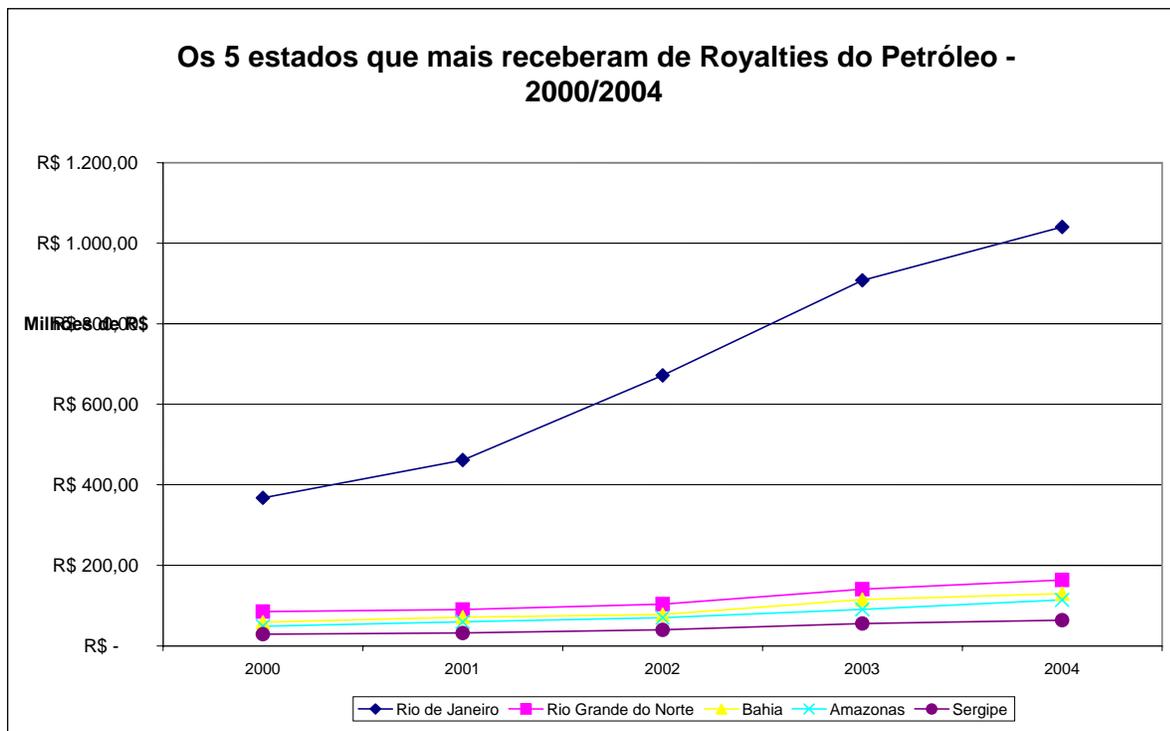
Os royalties representam uma substancial fonte de arrecadação para os municípios do Norte Fluminense e também para os municípios das Regiões Noroeste e das Baixadas, sendo em muitos deles a principal fonte de arrecadação.

---

<sup>15</sup> Cruz, J. L. V.; Simões, A.; Passos, R.M.; Serra, R. “Economia do Petróleo, dinâmica populacional e os estados condicionantes da nova *exclusão social* no norte do Estado do Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado no XI encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Social (ANPUR) Salvador, Bahia, 2003. p. 3.

<sup>16</sup> Fonte: ANP

<sup>17</sup> PIQUET, Rosélia. Novo Recorte Regional do Norte Fluminense. Trabalho Apresentado na ANPUR de 2003.



Fonte: ANP

O estado que mais recebe royalties proveniente do petróleo é o Rio de Janeiro, esse beneficiamento ocorre em função da Bacia de Campos, responsável por mais de 80% da produção nacional de petróleo e mais de 40% de gás. A partir de 2000, essa diferença apresenta um crescente aumento, esse fato pode ser atribuído às descobertas de novos poços, fato esse que não é raro na Bacia de Campos, e se deve além da potencialidade local, ao contínuo progresso tecnológico da indústria petrolífera. O Rio de Janeiro não se beneficia apenas com os royalties, pois boa parte do petróleo extraído na Bacia de Campos é refinado na Refinaria de Duque de Caxias (REDUQUE), gerando assim receita, por ICMS.

Os números acima se referem ao repasse feito às unidades de federação, mas os municípios também são recebedores da arrecadação proveniente da exploração do petróleo. Falando em escala municipal, Campos dos Goytacazes e Macaé são os municípios fluminenses que mais receberam royalties no período de 200/2004.

Na busca por indicadores que expressem o acelerado ritmo de crescimento de Macaé, em virtude da presença da indústria petrolífera, buscamos o número de empresas na cidade em dois momentos, e mesmo que o primeiro momento observado

seja 1996, ou seja bem depois do início das atividades petrolíferas, observamos na tabela abaixo que a cidade de Macaé apresenta uma taxa anual geométrica de crescimento bem acima dos números estaduais, e também do Norte Fluminense.

Unidade Geográfica	Número de Empresas		Taxa Anual Geométrica de crescimento
	Ano		
	1996	2002	
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	279.016	390.118	5,74
Região Norte Fluminense	10.591	16.468	7,63
Macaé – RJ	2.439	4.523	10,84

Fonte: IBGE - CEMPRE

Cabe mencionar que os números da mesorregião observada são puxados para cima, pois ela agrega o município de Macaé. Se fossem considerados todos os municípios do Norte Fluminense excetuando Macaé, teríamos uma taxa geométrica anual de crescimento de 6,57. Não podemos nos esquecer que esses números expressam o número de empresas em dois momentos para as unidades geográficas analisadas, mas não nos dão maiores informações quanto ao porte e tecnologia dessas empresas.

## 2- Conclusões

Observamos através da formação, desenvolvimento e transformações recentes, que o Norte Fluminense antes mesmo de ser oficialmente delimitado como mesorregião já possuía particularidades, como a ocupação com objetivo específico e a estrutura que se criou com a implementação da cana-de-açúcar e se manteve tradicional. A atividade canavieira em muito contribuiu para atenuar o êxodo rural na região, num momento em que esse movimento era visto de maneira mais acelerada no estado como um todo. Podemos supor que uma das conseqüências desse fato foi a relativa lentidão na dinâmica demográfica desta mesorregião, citando como exemplos, além da tardia

concentração da população nas áreas urbanas, a diminuição da base e o alargamento do meio e do topo da pirâmide.

No entanto, a descoberta de petróleo, num momento de estagnação da atividade sucro-alcooleira tem papel que podemos supor ser de catalisador no processo de êxodo rural, quando oportunidades de trabalho no meio rural são fechadas e novas oportunidades na área urbana são criadas.

Com a inserção da indústria petrolífera na realidade do Norte Fluminense, a cidade de Macaé ser vista como núcleo regional, papel antes ocupado por Campos dos Goytacazes, essa alteração modifica a dinâmica de crescimento, em escala mesorregional, e também as possibilidades de desenvolvimento para estas duas cidades, tema esse merecedor de trabalhos específicos, pois, citando como exemplo, a área urbana de Macaé está tendo sua configuração altamente influenciada pela presença da indústria petrolífera, com desdobramentos não apenas para a população natural do município, mas também para os imigrantes, como já destaca Silva<sup>18</sup>.

Os recursos repassados devem garantir a continuidade do desenvolvimento, e para tal é necessário empenho das autoridades locais em convertê-los em melhoria de vida para toda a população, já que os royalties somente serão pagos enquanto houver exploração de petróleo, logo, um dia se esgotará. É preciso que os recursos recebidos sejam empregados de forma a garantir a continuidade do desenvolvimento econômico, mesmo que apoiado em nova(s) atividade(s), quando não houver mais atividade petrolífera.

---

<sup>18</sup> Silva, L.C. Desenvolvimento e Segregação Socioespacial em Macaé-RJ In: Petróleo, Royalties e Região. Campos dos Goytacazes/RJ, Ano II nº 9- Setembro de 2005.

## **Bibliografia:**

ABRAMOVAY, Ricardo & CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo rural, envelhecimento e marculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. Texto de discussão IPEA nº621. 1999.

Agência Nacional de Petróleo – [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)

Atlas do Desenvolvimento Humano

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. A Constituição de uma Periferia em Face da Modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e a transformações na Região Norte Fluminense. In: MARAFON, Gláucio José; Ribeiro, Miguel Ângelo. Revisitando o território Fluminense. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Dinâmica Populacional Brasileira na Virada do Século XX. Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para Discussão, 1034), p.18.

CARVALHO, J.A.M. Crescimento Populacional e Estrutura Demográfica no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Texto para discussão 227.

CONSORCIO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. Boletim Técnico nº 07: A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: Uma análise do período 1997-2001.

CRUZ, J.L.V. Problemas, Recursos e Potencialidades do Desenvolvimento do Norte Fluminense: o papel da Petrobras. In: Petróleo, Royalties e Região. Campos dos Goytacazes/RJ, Ano I nº 4- Junho de 2004.

CRUZ, J. L. V.; SIMÕES, A.; PASSOS, R.M.; SERRA, R. Economia do Petróleo, dinâmica populacional e os estados condicionantes da nova exclusão social no norte do

Estado do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no XI encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Social (ANPUR) Salvador, Bahia, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

JANNUZZI, P. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública* 36 (1) jan-fev 2002

MARANGONE, A.B., Frias, L.a. Some aspects of the Brazilian Mortality over the XX Century and Perspectives. In: IUSSP General Population Conference, 24, Salvador. CD-ROM, 2001.

PATARRA, Neide Lopes. Movimentos Migratórios no Brasil: Tempos e Espaços. Texto para Discussão nº7 . Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro; 2003.

PIQUET, Rosélia. Novo Recorte Regional do Norte Fluminense. Trabalho Apresentado na ANPUR de 2003.

\_\_\_\_\_. Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira – o norte fluminense na era do petróleo. Trabalho apresentado no V Colóquio sobre Transformaciones Territoriales. La Plata, Argentina; Novembro de 2004.

SILVA, L.C. Desenvolvimento e Segregação Socioespacial em Macaé-RJ In: Petróleo, Royalties e Região. Campos dos Goytacazes/RJ, Ano II nº 9- Setembro de 2005.

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudo Socioeconômico 2004 – Macaé. RJ: 2004.